

Obsolescência da Lei de Crédito Rural

A Lei de Crédito Rural (Lei nº 4.829, de 5/11/1965) celebra 43 anos e não atende às necessidades da agricultura de hoje. Tampouco contribui para a solução dos atuais problemas do endividamento agrícola - transferiu a tarefa de cuidar do assunto ao Conselho Monetário Nacional (artigo IV, inciso IV) e do tema nada mais tratou. A agricultura agora é outra, muito diferente da dos anos 1960. Por que os agricultores estão tão endividados? Além das três secas desastrosas e sucessivas de 2003 a 2006 - nada nunca visto na história -, há outras causas: 1) Uma profunda mudança estrutural na agricultura, atualmente um dos três setores mais capital-intensivos da economia; 2) as necessidades de capital fundiário são outras, como porte das máquinas, escala de produção, necessidade de utilização de insumos modernos e caros e terra compatível com a escala da mecanização; 3) a luta pela sobrevivência está na produtividade; 4) a própria concorrência está nos elevadíssimos níveis de tecnologias biológicas e mecânicas, etc. Como os produtores podem deixar de fazer pesados investimentos?

Somem-se a tudo isso alguns fatos: 30% do que o Brasil produz se destina à exportação, somos vulneráveis a preços externos, o câmbio sobrevalorizado é um imposto sobre a produção, os nossos juros são os mais altos do mundo, etc. Os riscos são outros e a escala técnica aumentou muito.

Mesmo sem o apoio do crédito rural clássico, o agro não deixou de crescer. De 1967 até hoje, em termos reais, o crédito rural decresceu de R\$ 92 bilhões para os atuais R\$ 64 bilhões. Enquanto isso, no mesmo período, a produção partiu de 49 milhões de toneladas, atingindo 143 milhões de toneladas - o crédito rural reduziu-se pela metade e a produção agrícola triplicou (2,92 vezes). Os

produtores se endividaram, sim. Têm passivos onerosos, mas têm também bons ativos a mostrar.

Hoje é preciso mudar muitas concepções no funcionamento dessa lei, há outros pontos a considerar. O processo de execução de dívidas agrícolas com máquinas parece sumário. Há a liquidação extrajudicial. O artigo 587 do Código do Processo Civil (Lei nº 11.382/2006) reformou o artigo de mesmo número da lei anterior, incluindo este trecho: "É definitiva a execução fundada em título extrajudicial ..." (sendo provisória enquanto houver apelação de sentença...). Ou seja, títulos representativos de vendas de máquinas, por exemplo, podem ser levados a juízo e ser solicitadas as providências judiciais cabíveis para a retomada do bem. Além do mais, as propostas de renegociação de dívida são unilaterais e impostas aos produtores. Esse tipo de atitude fere o bom senso.

Nossos estudos revelam que deveria haver três níveis de renegociação e execução de dívidas agrícolas. No primeiro haveria o desejo (direito) do produtor de liquidação do seu negócio; no segundo, a possibilidade de uma reestruturação com a manutenção do produtor na atividade; e no terceiro, a proposição de o produtor oferecer uma alternativa de repagamento dentro das suas possibilidades. Os detalhes do estudo esclarecem melhor esses casos.

No primeiro caso haveria a possibilidade de o produtor, por sua própria vontade, abandonar a agricultura. Liquidar o seu negócio. No entanto, mesmo nesse caso, ser-lhe-ia facultado reter pelo menos parte do seu capital fundiário, de modo que pudesse continuar na atividade, porém no nível, vamos dizer, de um "módulo ideal", que é aquele que combina as possibilidades financeiras de gestão do capital, das máquinas e da terra que ele precisa para produzir menos e melhor. Em outras palavras, ele poderia reter alguns ativos produtivos que lhe permitissem

De 1967 até hoje, em termos reais, o crédito rural decresceu de R\$ 92 bilhões para os atuais R\$ 64 bilhões. Enquanto isso, no mesmo período, a produção partiu de 49 milhões de toneladas, atingindo 143 milhões de toneladas - o crédito rural reduziu-se pela metade e a produção agrícola triplicou (2,92 vezes). Os produtores se endividaram, sim.

EDITORIAL

↳ Obsolescência da Lei de Crédito Rural

■ Páginas 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 05

FIQUE SABENDO

↳ Estimativas do VBP sinalizam queda de 2009

↳ Renda agrícola cai 8,4% e deve chegar a R\$ 149,6 bilhões em 2009

↳ Setor quer eliminação da tarifa sobre glifosato para baixar custos de produção

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ PIB do agronegócio recua pelo segundo mês

■ Páginas 04

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 10/02/08

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 540

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

continuar na atividade numa escala bem mais eficiente.

Nossos estudos contemplam ainda uma segunda possibilidade: seria a de uma negociação em condições nas quais o produtor continuaria trabalhando na atividade, porém promovendo uma reorganização do seu negócio e uma reestruturação dos débitos perante seus credores. O produtor permanece na posse e no controle dos seus ativos produtivos enquanto negocia com seus credores a reestruturação dos seus débitos em condições que ele possa pagar. O plano seria negociado e sujeito a confirmação por um sistema de arbitragem, contemplado em nossos estudos, com algumas alternativas - isso é essencial. Esse seria um caso específico que necessitaria de uma reestruturação dos débitos. Sendo um pouco mais complexo, seria apropriado para estabelecimentos médios e grandes, fazendas corporativas ou negócios de maior porte. Uma reorganização físico-financeira seria o caminho mais adequado para esse caso.

Uma terceira hipótese contempla produtores que conseguem comprovar a existência de renda suficiente para servir à sua dívida, não excedendo determinados limites e pagando os débitos num período de tempo mais elástico. Essa hipótese, que contemplamos, se adaptaria mais a estabelecimentos rurais de pequeno porte ou de agricultura familiar e exigiria o pagamento a longo prazo.

É fundamental destacar que no segundo e no terceiro casos haveria um "escudo protetor" contra uma ação direta dos credores. Em todos esses casos haveria, ainda, um direito do produtor rural de fazer uma proposta de reestruturação, repagamento ou reabilitação e reorganização da sua atividade, cujos detalhes estão no estudo original. No último caso, adicionalmente, poderia haver a aplicação do crédito supervisionado, que é mais adequado aos estabelecimentos de menor porte. Este é o ponto mais importante da reforma da Lei do Crédito Rural: dar ao produtor a possibilidade de ele se reabilitar perante sua comunidade, reestruturando seu próprio negócio.

(¹)Mauro de Rezende Lopes, pesquisador e membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Economia (FGV-RJ)

Eventos

44ª EMAPA: A 44ª Exposição Municipal e Agropecuária de Avaré-SP será realizada de 27 de fevereiro a 15 de março de 2009, no Parque de Exposição Fernando Cruz Pimentel, em Avaré-SP. No primeiro turno, que será dedicado ao Nelore, a entrada dos animais no recinto de exposições acontece dia 27 de fevereiro e os julgamentos dos dias 3 a 8 de março. Já no segundo turno, que será dedicado às raças Brahman, Simental, Angus, Santa Gertrudis, Limousin, Guzerá e cavalos Mangalarga, a entrada dos animais ocorre dia 9 e os julgamentos de 12 a 14 de março. Este ano, a Emapa receberá 11 leilões ao todo e, como novidade, disponibilizará 1.800 m de pista de julgamento coberta, para garantir o conforto e comodidade dos animais, criadores, colaboradores e expectadores em geral. A Exposição é uma promoção da Empresa Nelore Avaré e da Prefeitura Municipal. Informações: telefone (14) 3732-1608; e-mail: neloreavare@neloreavare.com.br e site: www.neloreavare.com.br

Simpósio: A Embrapa Suínos e Aves promoverá o I Simpósio sobre Gerenciamento de Resíduos Animais, previsto para ocorrer em Florianópolis (SC), nos dias 12 e 13 de março de 2009. O evento abordará temas ambientais de relevância para sustentabilidade das produções animais e apresentação de resultados de pesquisas. Também é uma oportunidade para promover parcerias entre os participantes, internalizar o tema nas cadeias produtivas e sensibilizar a sociedade. Informações: telefone (49) 3441-0454; site: www.cnpsa.embrapa.br/sigera e e-mail: sigera@cnpsa.embrapa.br

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL É OBRIGATÓRIA E ENTRE AS SANÇÕES ESTÁ A COBRANÇA JUDICIAL.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Estimativas do VBP sinalizam queda em 2009

As estimativas para o Valor Bruto da Produção, em 2008, fecharam em R\$ 298,64 bilhões, indicando crescimento de 32% em relação ao ano anterior. A safra recorde de grãos e fibras, avaliada em 144 milhões de toneladas, além dos preços bem acima das médias históricas garantiu o maior faturamento bruto já observado no setor agropecuário.

Mesmo em um cenário de dólar desvalorizado no primeiro semestre, os preços seguiram fortes, batendo sucessivos recordes. No segundo semestre o agravamento da crise norte-americana e a valorização do dólar frente a outras moedas derrubaram as cotações. No mercado interno, a entressafra e o câmbio mantiveram os preços estáveis, de forma geral, contribuindo para esse resultado.

A segmentação do faturamento mostra que a agricultura atingiu R\$ 187,17 bilhões, com destaque para o VBP da soja, que atingiu R\$ 51,4 bilhões, passando a ocupar o posto de maior faturamento da agricultura brasileira. Quanto ao milho, faturou R\$ 31 bilhões, contra R\$ 19,1 bilhões no ano anterior.

O faturamento da pecuária somou R\$ 111,47 bilhões em 2008. O VBP da carne bovina ganhou destaque, registrando faturamento de R\$ 49,6 bilhões, em 2008, frente aos R\$ 32,8 bilhões, em 2007.

Para 2009, as projeções iniciais indicam queda de 8,6% no faturamento bruto, quando comparado a 2008, atingindo cerca de R\$ 273 bilhões. Esse resultado reflete a queda da produção de grãos e fibras, avaliada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) em 137 milhões de toneladas, além da retração da produção pecuária, que deverá ser menor. O faturamento bruto da agricultura poderá atingir R\$ 173,2 bilhões e registra queda de 7,4% em relação a 2008, quando somou R\$ 187,17 bilhões. Se em 2008 o segmento grãos e fibras foi o que impulsionou o faturamento bruto do setor, em 2009 ele exercerá pressão contrária. Enquanto faturou, em 2008, R\$ 110,31 bilhões, as projeções para 2009 indicam queda de 12,23%, atingindo R\$ 96,81 bilhões.

No segmento, o algodão e o milho pressionam o VBP em função da queda da produção, motivada pela considerável redução da área plantada. No caso do milho, somando-se as condições climáticas desfavoráveis na região Sul do País, sinaliza para a produção de 52 milhões de toneladas.

O VBP da soja também indica queda em 2009. As estimativas de produção apontam para uma produção menor, atingindo 57,7 milhões de toneladas este ano, diante das 60 milhões de toneladas em 2008. Perdas climáticas e redução do nível tecnológico das lavouras em algumas regiões explicam queda. Os preços sinalizam certa melhora após as confirmações de perdas climáticas e da demanda chinesa forte mesmo em um cenário pessimista no mercado internacional.

No mercado interno, a limitada disponibilidade de crédito gera a expectativa de descasamento de preços em relação a Chicago (EUA), no período de pico de colheita. Confirmada esta expectativa, possivelmente os preços da oleaginosa tendam a ser menores.

Para a pecuária, as projeções indicam faturamento de R\$ 99,79 bilhões, frente aos R\$ 111,47 bilhões de 2008. Este resultado conjuga queda da produção e dos preços comercializados.

O cenário de preços ainda é bastante ambíguo. Os fundamentos de mercado apontam para preços sustentados ante a menor produção para alguns produtos. Mas, as expectativas de recessão nos Estados Unidos e União Européia, além de queda do crescimento mundial, trazem incertezas quanto a possibilidade desta sustentação seguir firme durante todo o ano. Por enquanto, o fato concreto é que os preços dificilmente atingirão e se manterão nos patamares observados no primeiro semestre de 2008. Neste cenário, uma queda do faturamento bruto do setor agropecuário é inevitável, pois conjugar safras recordes com preços recordes não é para qualquer ano.

Renda agrícola cai 8,4% e deve chegar a R\$ 149,6 bilhões em 2009

A estimativa da renda agrícola para este ano aponta queda de 8,4% comparada aos resultados de 2008, sendo que os maiores prejuízos são para o milho, soja e café. Em valores absolutos, a renda deverá ser de R\$ 149,6 bilhões, R\$ 13,7 bilhões menor que no período anterior (R\$ 163,4 bilhões).

O Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Garcia Gasques, assegura que esse resultado reflete dois aspectos: a baixa produção de grãos, devido especialmente aos problemas climáticos na região Sul e em outros estados, e aos preços mais baixos dos produtos agrícolas. "O efeito destes fatores está fazendo com que a renda do produtor rural sofra forte declínio neste ano", avalia. Ainda de acordo com Gasques, a estimativa para 2009 está muito próxima ao da renda de 2003, que foi de R\$ 148,5 bilhões.

Entre os vinte produtos já analisados, cinco apresentaram aumento de renda em relação ao ano passado. Os maiores incrementos foram no amendoim (31,3%), laranja (13,6%) e arroz (12,7%). Para Gasques, estes resultados se devem à maior produção ou pelo melhor preço, ou, ainda, a combinação dos dois fatores.

Prejuízos – A redução de renda em 2009 acontece principalmente pelo baixo desempenho de importantes lavouras na formação da renda da agricultura. O coordenador do Ministério da Agricultura explica que as baixas ocorridas no café, milho e soja se manifestam com elevada intensidade no resultado total, pois essas três lavouras representam 45,6% do valor da produção agrícola. Milho e soja, isoladamente, respondem por 38,6%. Deste modo, o desempenho dessas lavouras tem efeito insatisfatório na formação da renda. Gasques destaca que a menor renda de milho e soja se deve a problemas climáticos e do café ocorre pelo que se chama de bialidade - um ano de boa produção vem acompanhado de outro de menor produção -, como é o caso da safra atual.

Os preços foram outro fator responsável pela queda de renda. Os valores vigentes no período de cálculo da renda são menores do que a média dos utilizados para se obter a renda do ano anterior. "Com base nesses dados, a produção menor e os preços mais baixos direcionam a agropecuária brasileira a uma perspectiva, até o momento, não muito animadora", pondera Gasques.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Setor quer eliminação da tarifa sobre glifosato para baixar custos de produção

A redução da tarifa *antidumping* aplicada sobre o glifosato importado da China, de 2,9% para 2,1%, é considerada insuficiente pelo setor agropecuário, que defende a eliminação desta alíquota para baratear o preço desta matéria-prima, utilizada na fabricação de defensivos usados em culturas como soja, milho e algodão, e amenizar os custos de produção. Segundo Rosemeire dos Santos, assessora técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o preço desta matéria-prima, usada na fabricação de defensivos agrícolas, teve aumento de 100% da safra anterior (2007/2008) para a atual (2008/2009), passando de R\$ 11 para R\$ 23 por litro. "Foi o insumo que mais aumentou", afirma.

A decisão de reduzir a tarifa foi recomendada pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex), que encerrou o processo de revisão do direito antidumping aplicado nas importações do glifosato. A redução terá vigência por cinco anos e começa a valer a partir do dia 12 deste mês.

Rosemeire dos Santos argumenta que o fim desta tarifa não desestimularia a implantação de indústrias de defensivos no País. "Estas indústrias investem aqui pelo potencial de produção da agricultura brasileira, que é a que mais demanda defensivos mundialmente, e não em função de um benefício transitório e questionável", justifica. "As indústrias são parte interessada neste processo, pois se sentem prejudicadas com a taxação", complementa a técnica.

A tarifa *antidumping* sobre a aquisição do glifosato foi aplicada em 2003, com um percentual de 35,8%. A alíquota vigorou até fevereiro do ano passado, quando caiu para 11,7%, ainda durante o processo de investigação. Em julho do ano passado, houve nova redução para 2,9%, até chegar aos atuais 2,1%. "O setor vai continuar trabalhando pela eliminação da tarifa para melhorar a competitividade do agronegócio brasileiro", ressalta Rosemeire.

NOTÍCIA DA CNA

PIB do agronegócio recua pelo segundo mês

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro caiu 0,42% em novembro de 2008, seguindo tendência verificada em outubro, quando registrou recuo de 0,88%. Foi o segundo mês consecutivo de queda no crescimento do setor, embora o agronegócio ainda acumule 6,15% de expansão no ano. Segundo análise da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os dados da estimativa CNA/Cepea/USP revelam que a capacidade de reação do setor para o segundo semestre dependerá da manutenção do câmbio desvalorizado, rolagem satisfatória das dívidas e recuperação do capital de giro próprio dos produtores. Para tanto, os preços internacionais de commodities agropecuárias precisam ficar em torno do nível atual, sem maior aprofundamento da recessão no resto do mundo.

Novamente, em novembro, a queda nas lavouras e a retração no segmento primário da agricultura contribuíram fortemente para o recuo de 0,75% dentro da porteira do agronegócio, embora no acumulado do ano o setor agrícola ainda registre crescimento de 5,01%. No segmento de insumos, os volumes comercializados de adubos e fertilizantes seguiram em queda, mas foram mantidos os altos níveis de preços alcançados em 2008. O agronegócio da pecuária também registrou queda. Apesar de manter taxas positivas, cresceu apenas 0,38% em novembro. Quanto aos insumos da pecuária, as rações registraram perda no ritmo de expansão dos preços, acompanhada por retrações também nas vendas.

O menor crescimento do volume médio anual das lavouras, de 5,24% ao ano em novembro, contra 6,46% ao ano em outubro, combinado com a desaceleração nos preços (9,25% ao ano em novembro, contra 10,99% ao ano em outubro) resultou em perda de ritmo na expansão no faturamento médio das lavouras. As lavouras de arroz, cacau, cebola, feijão e soja continuaram com os preços em aceleração, enquanto trigo e tomate se destacaram pela expressiva expansão quantitativa. Para a CNA, a desvalorização elevada do real já se reflete na recuperação de preços para os segmentos de soja e milho. A expectativa é de que, a partir do plantio da safrinha, os sinais de queda de atividade possam começar a reverter.

Após desacelerar em outubro, o segmento primário da pecuária voltou a expandir, melhorando sua performance para 2008. No acumulado de janeiro a novembro, o segmento registra aumento de 11,33%. Este bom desempenho em 2008 resulta da expansão de preços e volume de produção, especialmente dos bovinos, suínos e leite. Embora o preço do frango apresente crescimento em 2008, a média de preços reais continua inferior ao observado em 2007.

A agroindústria do agronegócio segue em dificuldades, registrando desempenho negativo de 0,48%, em novembro. Este recuo reflete as quedas das indústrias de base agrícola e pecuária, acumulando crescimento de apenas 0,69% no ano. O segmento de distribuição do agronegócio registrou queda de 0,46% em novembro, acumulando expansão de 3,65% no ano. A maioria dos setores industriais/agropecuários já revelava perda no ritmo de atividade desde novembro de 2007. Para a CNA, o fato das maiores perdas ocorrerem nos segmentos de açúcar, calçados, beneficiamento de produtos vegetais, têxtil, vestuário, madeira e mobiliário reflete o efeito da perda de competitividade devido ao real muito valorizado até setembro.



Governo busca reduzir exigências da UE: Confiante na aprovação do sistema de rastreamento do gado na inspeção em fazendas do país, o Brasil tenta negociar a modificação de regras para exportar carne bovina *in natura* à União Europeia. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) quer o fim da obrigatoriedade de aprovação prévia do Serviço de Alimentação e Veterinária da União Europeia (FVO) de propriedades habilitadas pelo sistema nacional a exportar para os países do bloco. A posição foi sinalizada em reunião com europeus, em Brasília. A auditoria então seria feita nas vistorias periódicas, como ocorre nos frigoríficos, explica o Secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Inácio Kroetz. Na prática, seria o retorno à condição anterior ao embargo, em fevereiro passado, que determinou maior rigor.



Vendas de sêmen bovino são lentas: De acordo com uma pesquisa realizada pela Scot Consultoria, a perspectiva é de vendas de sêmen bovino mais lentas em 2009, inclusive no mercado internacional. Os reflexos da crise já se apresentam na comparação com 2008 através da análise de balanços realizados pelas próprias empresas que comercializam o produto. Nos últimos anos, após a crise que acometeu a pecuária até 2006, foi possível observar uma evolução dos preços e das vendas de sêmen, com aumento da utilização do cruzamento industrial como ferramenta para melhorar a produtividade e a qualidade dos rebanhos. Os preços de sêmen das raças zebuínas que formam a base do rebanho brasileiro caíram no último ano, o contrário do que ocorreu com as raças taurinas. Para que os investimentos no setor continuem, o produtor deve ser estimulado, sempre de olho na crise e seus reflexos sobre os preços pecuários.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 10 de fevereiro de 2009

Tema: Alternativa para melhor aproveitamento da estação experimental na cajucultura

Palestrante: Professora Desireé Rolim Bezerra, Diretora de Pesquisa e Inovação do Instituto Centec, em Barreira/Ce



O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu a reunião dizendo da sua satisfação na realização da reunião em Barreira e passou a palavra à palestrante, que iniciou agradecendo a oportunidade de ter o Agropacto no município. Fez uma caracterização do Município de Barreira, com área de 246 km², altitude de 100 metros na microrregião de Chorozinho; população estimada: urbana, de 7.227 habitantes, rural, de 11.226 habitantes e no município, de 18.453 habitantes. Aspectos climáticos: período chuvoso de janeiro a junho, pluviosidade de 1.061,9 mm, temperatura de 26 a 28 °C. A vocação agropecuária para a cajucultura (cajueiro comum, 7.720 ha, cajueiro anão precoce 356 ha), mandioca, feijão de corda, pecuária (pequeno e grande porte). Citou algumas organizações que têm auxiliado, tais como Sindicato dos trabalhadores rurais de Barreira, Banco do Brasil, APL da cajucultura; e as fábricas para beneficiamento de castanha de caju: fábrica de médio porte automatizada (01): Empresa Universal ÚNICA; fábricas de médio porte com corte manual (04); mini-fábricas artesanais (23). Seguiu dizendo alguns aspectos históricos: patrimônio do Estado do Ceará; 1985 -1998: Estação cedida à EPACE e contribuições para pesquisa agrícola: Feijão Caupe, Milho, Mandioca, Sorgo, Coco Verde da Malásia, Caju Precoce (Jardim Clonal); 1999: SECITECE / Instituto CENTEC. Numa área de 102 ha, a produção de Cajueiro – 15 ha, Coqueiro – 05 ha, Jardim clonal – 04 ha, Viveiro para produção de mudas; capacitação em Casa de Mel, Fábrica

Escola (Cajuína, Doces, Mel, Rapadura, etc.), Sala de Aula, CDC. Mostrou no que consistia a infra-estrutura, os parceiros e as atividades desenvolvidas na pesquisa experimental: Cajucultura – Avaliação de clones de caju (20 Clones), Feijão Caupe – Experimento a nível nacional e estadual, Mandioca e mamona; Produção de Mudas frutíferas, Mudas Ornamentais/ Florestais/Medicinais, Castanha e coco. Apresentou propostas de atividades, tais como: transferência de tecnologia e inovação para o processamento de produtos da cadeia da cajucultura e da agricultura solidária; ampliar o pomar de matrizes para a produção de mudas frutíferas (cajueiro, mangueira, sapoti, goiabeira, acerola, coqueiro, etc.) e transferência de tecnologia e inovação para cadeias produtivas, etc. Nas atividades com o processamento do caju, mostrou fotos da pesquisa realizada, da produção, da capacitação, e propôs reflexões: Como as instituições que atuam no APL da Cajucultura poderão juntar esforços para apoiar a estruturação de ações voltadas ao APL da Cajucultura a partir da Estação de Barreira? Como a Estação de Barreira poderá ser colocada, de fato, como Unidade Operacional de suporte e dinamização da cajucultura e agricultura solidária? Finalizou deixando seus contatos, como Diretora de Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto CENTEC, e-mail: desiree@centec.org.br, Tel: (85) 3066.7058. Com a palavra o Sr. Samuel Brasileiro agradeceu a disposição do Agropacto ir até Barreira, e dizer que assumiram no Centec o desafio de conduzir a estação num processo transparente de trabalho, aproveitando todo potencial da região. Reconheceu que não tem sido fácil para nenhum dos que fazem o Centec, mas que já existem algumas ações apontadas para o Centec no sentido de apoiar APLs e que podem iniciar outras atividades produtivas em torno da cajucultura, a exemplo da farmácia viva, assim como chamar o jovem local a fazer uma formação mais ampla no setor da cajucultura. Disse que queria compartilhar os desafios com todos, pela inteligência e experiência de suas atuações no setor. Finalizou reforçando os agradecimentos. (Apresentaram um vídeo mostrando as instalações sendo utilizadas).

Debates

O Sr. Coordenador abriu os debates refletindo que já havia uma diferença em Barreira: a castanha com preço diferenciado, decorrente da organização e do trabalho que estava sendo desenvolvido. Disponibilizou-se a fazer integração SENAR/Centec principalmente na qualificação e empreendedorismo rural. O Sr. Chico do Calcário disse que era produtor da região e gostaria de ser parceiro do Centec, se necessário, fazendo doação de calcário, pois com correção do solo, com adição desse produto, as culturas melhoravam sua produtividade de 20 a 30%. Falou também das suas dificuldades em conseguir financiamento nas entidades financeiras. O Sr. Eduardo Magalhães disse que não fazia mais parte do Banco do Brasil, que não notou a presença da entidade na apresentação e sugeriu que encaminhassem uma solicitação ao Banco do Brasil provocando reunião, para ver a forma de apoio que poderia ser dado, pois linhas existiam. O Sr. Pedro Paulo justificou a ausência do prefeito, que encontrava-se em Brasília e disse que a cajucultura estava no sangue dos filhos de Barreira, motivo pelo qual sempre foi piloto de algum projeto nesse sentido. Falou sobre as entidades financeiras, que o Banco do Brasil estava sendo um administrador de contas correntes e precisava ser provocado pelo Centec, e que o BNB sempre buscava ser parceiro. O Sr. João Batista Ponte perguntou se os clones citados no jardim clonal estariam à venda. Disse que tinha disponibilidade de 100 toneladas de castanha, a fim de colaborar. O Sr. Marcos Fialho falou sobre as mini-fábricas, que por trás das 23 que estão legalizadas, tinham as de fundo de quintal e que poderiam ter uma linha de capacitação no sentido da formalização em mini-fábrica e em sistema de cooperativismo. A Sra. Palestrante respondeu que tinham intenção de trabalhar no sentido da mudança de práticas culturais, passou a palavra ao Sr. Almeida que esclareceu que conduziu a aplicação de calcário e houve o aumento da produção em 45% em dois anos. O Sr. José Ismar fez mais alguns esclarecimentos, que tinham que trabalhar em relação à substituição de copas em que acopliam um programa de correção de solo através da aplicação de calcário. O Sr. Almeida ainda disse que o Ministério estava exigindo o registro dos clones para poder comercializar. Sobre as mini-fábricas, disse que acompanhou alguns trabalhos e o problema era que ao criar uma mini-fábrica, ela tinha que apresentar a matéria-prima para comprar, e sempre faltava a castanha. O que se deveria desenvolver para o estado era no sentido de aumentar a produção e criar dispositivo para atingir 800kg/ha. O Sr. José Ismar fez mais alguns esclarecimentos sobre o material utilizado pela estação de Barreira, chamando a atenção para que ali, o pedúnculo estava um pouco esquecido. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto falou da sua angústia em relação à cajucultura, e o fato de predominar ainda o cajueiro gigante em detrimento do tipo anão precoce e o Sr. José Ismar fez uma retrospectiva sobre o processo de substituição de copas no Estado, dizendo que o processo depende de muitas vertentes, tais como capacitação, recursos em programas diferenciados, monitoramento, etc. O Sr. Paulo Remígio informou que o SENAR realizava trabalhos na área do aproveitamento do pedúnculo para alimentação humana, e que precisava ser mais incrementado e perguntou se dentro da rotina do Centro, poderiam utilizá-lo quando houvesse demanda na área de cursos nesse sentido. Chamou atenção para o preço e a colocação da cajuína no mercado, processo de construção coletiva, por conta de ser produção em pequena escala e que sem o cooperativismo não conseguiriam romper a barreira. A Sra. Tereza Lenice encaminhou as sugestões, dizendo serem riquíssimas, entre elas; que ficou clara a importância dos clones para os produtores da região e os empecilhos que existem para que sejam comercializados, que a SFA presente poderia se unir ao Centec e encaminhar o registro; que o Centec tem o programa de incubadora de empresas, sugerindo aproveitar a força presente e encaminhar proposta de incubação de empresas para estar junto da unidade experimental; para ter um sistema de captação e acumulação de águas, poderiam requisitar aprovação de recursos do FECOP.

A Sra. Maria Luíza Rufino citou uma experiência com a prefeitura de Barreira em 1994, quando era delegada de agricultura ressaltado que o município daria um grande salto com a gestão da nova prefeitura. Disse que precisariam quebrar paradigmas em relação à cajucultura, fazendo trabalho de divulgação em hotéis, restaurantes, etc. Sobre o registro, disse que já havia conversado com a Sra. Desiré e marcaram uma reunião para que em equipe vejam o que poderiam fazer. Sugeriu que o Centec solicitasse à SFA uma pessoa para orientar os produtores locais no sentido de legislação. O Sr. Samuel Brasileiro chamou a atenção para a importância da viabilização das casas de mel (SIF e produção de saches) que existem em número de 5, no município. O Sr. Tasso Ferreira colocou a AJE de Pacajus à disposição e pediu alguma informação sobre o que tem sido feito em relação ao marketing da cajuína. Sr. Eduardo Queiroz observou que faltava mesmo era a integração das instituições que fazem o setor agropecuário, para vislumbrar ações de comercialização. O Sr. Wagner Jucá perguntou se o Centec poderia criar parâmetros de padronização para a cajuína e certificação de produtores; sobre aproveitamento de pedúnculo, disse da necessidade da pesquisa agrônômica para aumentar o período de safra. O Sr. Fábio Paiva disse que na Embrapa estavam implantando unidade de referência para o processamento do caju; que para padronizar a cajuína, precisa primeiro que o suco seja padronizado (estabilidade de aroma, sabor e cor). Sr. Ednaldo Vieira disse que visitou cooperativa em Ocara integrando mini-fábricas e que o Banco do Brasil estava apoiando muito. Disse ser de uma empresa voltada para soluções em tecnologias ambientais e a experiência com fogões ecológicos, projeto pelo qual se recebe crédito de carbono. O Sr. Luiz Colaço disse de sua preocupação em relação ao preço e a produtividade da castanha, e que os pomares estavam abandonados, por falta de condições de trato que acometia os produtores. Perguntou se poderiam trazer um grupo de produtores de outras regiões para ter orientações técnicas. Entre outras sugestões. O Sr. José Sobrinho disse que os pequenos produtores de caju e leite estavam em extinção, por causa do preço. O Sr. Raimundo Menezes contou a sua experiência em cajucultura e que o melhor caminho que via era investir nos produtos com pedúnculo, principalmente a cajuína. O Sr. Antonio Jean disse que estavam com grupo de 150 produtores e com dificuldade na parte de assistência técnica e no tamanho da castanha. Se poderiam agilizar para eles a parte de treinamento. Sr. Afonso Aquino informou que o Caju Nordeste já estava organizado, iria se realizar de 18 a 21 de novembro em Beberibe, parabenizou a FAEC pela interiorização do Agropacto, entre outras informações. O Sr. José Barreira contou que quando chegaram à estação experimental, com os equipamentos, a estrutura que dispunham, tiveram que se virar para colocar em funcionamento, o apoio da Secitece. Sr. Edmar Vieira citou a sua experiência, falou que a tecnologia existente estava atrasada em 20 anos e solicitou que deixassem uma agenda de compromissos para a cajucultura. O Sr. Coordenador deu informações sobre o que ocorre no Agropacto todas as terças-feiras desde 1995 e fez alguns encaminhamentos, disse que a FAEC já criou carta sindical para implantação de um sindicato rural em Barreira; lançou o desafio de fazer um pacto da cajucultura de Barreira, coordenado pelo Centec, com respaldo do Agropacto (isso serviria de base para outras regiões); e disse que se assim se realizasse lançaria uma turma do PER Rural no município. O Sr. José Ismar informou sobre um projeto voltado para integração de atividades, organização da produção, agricultura solidária, diversificação de produção. O Sr. Samuel Brasileiro disse que aquele poderia ser o tema da primeira reunião do Pacto e agradeceu mais uma vez a visita. O Sr. Coordenador agradeceu a presença de todos, renovou os agradecimentos aos organizadores do Centec, à palestrante e encerrou a reunião.